

Resolução da Coordenação Nacional da Democracia Socialista, tendência do Partido dos Trabalhadores

I

Nossa vitória histórica e a luta pela abertura de um novo ciclo de transformações democrático-populares no Brasil

A vitória obtida nas eleições de 2022 deve ser interpretada como um fato histórico da luta de classes nacional e internacional. Histórica porque interrompe um período de nove anos de defensiva das forças democrático-populares, de seis anos de governos afinados com uma radical contrarrevolução neoliberal e quatro anos de um governo abertamente fascista. Representou claramente a luta de classes ao opor a votação dos setores mais pauperizados das classes trabalhadoras, dos negros, das mulheres, dos lutadores LGBTQI+, dos defensores do meio-ambiente aos votos organizados pelos setores capitalistas e conservadores.

Ela derrotou o principal governo de extrema-direita no mundo e projeta Lula como a principal liderança internacional de raiz popular e programa antineoliberal. Ela impacta imediatamente toda a conjuntura latino-americana e, com mediações, a luta por uma saída progressista da grande crise de civilização gerada pelo capitalismo neoliberal no século XXI.

Ela só foi possível graças à liderança histórica de Lula, aos acúmulos da resistência dos movimentos populares e democráticos no período, à construção de uma renovada e ampla unidade das forças de esquerda e centro-esquerda liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Na vitória obtida no segundo turno das eleições presidenciais também contou o apoio de lideranças neoliberais não-bolsonaristas.

A votação de Bolsonaro não expressou apenas uma força eleitoral, mas um bloco de forças sociais que se organizou em torno ao seu governo envolvendo o capital financeiro, entidades empresariais, a força do agronegócio, as Forças Armadas e Polícias Militares, além de setores populares organizados e cultivados por lideranças evangélicas e católicas conservadoras. Articula-se no nível internacional com forças fascistas e com a liderança de Trump nos EUA.

Mas essa votação foi claramente alavancada por todo tipo de violações aos princípios minimamente democráticos e constitucionais, muito parcialmente contidos pelo STF. Sem estas violações, seria quase certa a vitória da chapa Lula no primeiro turno. Compõe a derrota das classes dominantes, a crise agônica do partido histórico do neoliberalismo brasileiro, o PSDB, e de sua coligação.

A resultante central deste diagnóstico do significado da conquista de 2022 é a compreensão de que se abriu – como possibilidade – um novo ciclo histórico de transformações democráticas e populares no Brasil. Este novo ciclo histórico exige a atualização do programa e da estratégia de todas as esquerdas brasileiras, dos partidos aos movimentos sociais.

Na conjuntura mais difícil - com Lula na prisão, em plena Operação Lava-Jato, após o golpe de 2016, frente a um contexto de ataques a todos os direitos, de tutela militar e de violências, com as esquerdas ainda desunidas - soubemos construir uma disputa pela maioria para voltar a governar o país, preservando a esperança e lançando as sementes de uma vitória que afinal veio. Agora, em uma nova cena histórica, é preciso construir um projeto programático de transformações históricas e estruturais, que abra o caminho para a superação do neoliberalismo. Este programa está, em suas dimensões iniciais, expresso no documento [Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil](#) (disponível [aqui](#)).

Uma análise realista da conjuntura do início do governo Lula deve reconhecer que ele age e está condicionado por uma contradição em processo. Isto é, é possível estabelecer como uma previsão razoável que o bolsonarismo como movimento político organizado encontrará sérias dificuldades no próximo período para manter a sua base social e sua capacidade de atuação política centralizada, que em grande medida foi alavancada pelo uso que fazia do governo central do país.

Se é certo que a conquista de certas posições institucionais, seu enraizamento organizado em algumas regiões e seus vínculos internacionais lhe garantirão uma certa resiliência, a exposição de suas lideranças e métodos à judicialização de seus crimes, a dispersão do caráter fisiológico de sua base parlamentar e mesmo de uma parte de sua base evangélica e um processo crescente de afirmação do governo Lula podem limitar severamente a sua audiência social e sua capacidade de desestabilização política.

De outro lado, vive-se hoje e desde o período inicial de consolidação das forças neoliberais no Brasil, através dos governos FHC, a maior crise de legitimidade e de capacidade de articulação do neoliberalismo, bem expressos na crise agônica do PSDB e de sua coalizão. Esta crise, que tem decerto relação com os impasses do neoliberalismo no próprio centro capitalista, é fundamental e estratégica para pensar o potencial de transformação deste novo ciclo histórico.

Em suma, uma crise combinada do bolsonarismo e dos partidos históricos do neoliberalismo abre um campo político de construção possível de uma hegemonia democrática e popular no próximo período, em um processo progressivo de acumulação de forças.

Esta previsão de uma possível alteração qualitativa da correlação de forças políticas em favor do campo democrático-popular deve incorporar o diagnóstico fundamental de que, no momento de sua posse, o governo Lula não dispõe de

uma correlação de forças que lhe permita realizar de forma plena e imediata o programa de reconstrução e transformação do Brasil para o qual foi eleito.

Ao mesmo tempo, dispõe de forças para iniciar a aplicação do programa que deve funcionar como conjunto de diretrizes para guiar o governo e sua relação com a base da sociedade que efetivamente o sustenta. Esse ponto de partida programático é fundamental para enfrentar as pressões para abrir mão do programa eleito oriundas das classes dominantes, inclusive com presença dentro do governo.

Há quatro vetores que agem de forma simultânea contra a aplicação plena do programa eleito:

- A força resiliente do bolsonarismo e suas relações com as Forças Armadas, que se manifestou na tentativa de golpe em 8 de janeiro e deve continuar mantendo ações de desestabilização. Se Lula se impôs ao demitir o comandante do Exército, ao transferir o GSI para o controle da Casa Civil, e está em curso um amplo processo de criminalização dos golpistas pelo STF, não se criaram condições para um pleno controle democrático sobre as Forças Armadas, limite histórico que vem desde a transição conservadora;
- A maioria conservadora e fisiológica no Congresso Nacional, que impõe limites à aprovação de leis e mudanças progressistas na Constituição, exigindo um grau importante de pactuação para a manutenção de um mínimo de governabilidade. Se o apoio a lideranças conservadoras e corrompidas foi escolhido como forma de garantir uma base de apoio ao governo e isolar o bolsonarismo, ele arrisca comprometer toda uma agenda necessária de reforma política fundamental para reconstruir a democracia brasileira em mínimos padrões republicanos;
- Um grau profundo de enfraquecimento da economia do setor público (com enfraquecimento dos bancos públicos, as privatizações e a desestruturação da Petrobras), de devastação do mercado de trabalho, de

desindustrialização, de endividamento e de constrangimentos fiscais, de alienação da soberania sobre o Banco Central que impõem enormes dificuldades para a retomada de um ciclo de crescimento sustentado com distribuição de renda e ecologicamente sustentável. Estas dificuldades se inserem num quadro de estagnação e crise da economia mundial, o que indica que um novo ciclo virtuoso dependerá centralmente de uma dinâmica interna, puxada pelo governo. O fundamental do programa do governo Lula e de sua popularidade dependerá do grau de enfrentamento das dinâmicas e instituições neoliberais herdadas;

- Um último limite, e de dimensão central para um governo que enfrentará tais impasses, é o grau de corrosão do protagonismo das classes trabalhadoras, submetidas a anos de ataque frontal dos governos neoliberais e fascista. Fome, desemprego e precarização massiva, recuo das políticas sociais básicas, enfraquecimento do movimento sindical e da rede de organizações populares, requerem que se dê centralidade à reorganização do protagonismo político das classes trabalhadoras, central para construir uma base ativa e militante de apoio ao governo Lula e ao programa eleito e para alterar qualitativamente a correlação de forças no país a favor do campo democrático-popular. A grande vitória de 2022 é, deste ponto de vista, apenas o início de um grandioso processo de auto-organização que deve ganhar amplitude e profundidade nos próximos anos.

Desta visão geral das potencialidades e limites abertos neste novo período, resultam três imperativos.

O primeiro deles é que o governo Lula já se inicia com um grau elevado de polarização política com o bolsonarismo e o neoliberalismo. Será decisivo que as federações de partidos e os movimentos sociais construam desde o início uma disputa programática antibolsonarista e antineoliberal na sociedade em relação com as disputas travadas pelo governo. Apenas a disputa democrática nas ruas e nas redes pode compensar a correlação de forças desfavoráveis ao programa no governo e na institucionalidade.

A denúncia, liderada pelo presidente Lula, da sabotagem à política econômica do governo promovida pelo presidente bolsonarista do Banco Central mantendo elevadas taxas de juros é um importante exemplo que deve ser amplificado. A defesa de uma política econômica centrada no crescimento, na geração de emprego e trabalho digno, no combate à fome e à miséria, na redução da taxa de juros, na aprovação de uma reforma tributária que promova progressividade e justiça fiscal e na aprovação de regras fiscais com responsabilidade social, exige uma forte disputa pública que fure o bloqueio da agenda neoliberal.

O segundo imperativo é que é necessário desatar desde já um amplo e nacional processo de democracia participativa no governo, colocando em prática a proposta de orçamento participativo (em contraponto ao orçamento secreto na Câmara e contra as restrições neoliberais), convocar conferências que deem legitimidade às agendas de mudanças, renovar e dar dinamismo a todo o processo de representação da sociedade civil organizada nos Conselhos Nacionais.

O terceiro se relaciona ao tempo das mudanças. O governo tem enfrentado os ataques democráticos com uma ampla aliança institucional, mas esta não pode implicar em redução no ritmo de entregas das promessas de campanha, que são fundamentais para manter em alta a popularidade do governo.

Em relação ao salário-mínimo e à redução do imposto de renda para as faixas menores os avanços foram limitados. Em relação ao chamado arcabouço fiscal corre-se o risco de cair numa armadilha que deveria ter sido evitada com a força política da vitória na eleição. O governo também tem feito uma agenda de relançamento de programas fundamentais na área da assistência social, segurança alimentar, direitos das mulheres, meio ambiente e saúde. É fundamental encaminhar rapidamente a revisão nas leis trabalhistas, a revogação das políticas neoliberais e militaristas da educação básica, a reforma

tributária com efetiva progressividade, as medidas de soberania energética e controle de preços de combustíveis.

É possível para o governo Lula sustentar e até aumentar a sua popularidade nestes dois primeiros anos de governo. Esta dinâmica progressiva se somada a um grande esforço concentrado de organização do campo democrático-popular, em particular nos grandes centros urbanos, pode pavimentar o caminho para grandes vitórias eleitorais nas eleições de 2024. Somada à possibilidade de uma alteração fundamental na direção do Banco Central, esta dinâmica de acúmulo político pode permitir até 2026 disputar vitoriosamente, além da Presidência da República, uma maioria de esquerda e centro-esquerda para a formação do Congresso Nacional e na disputa dos principais governos estaduais.

De novo em sua história, o PT se vê diante do grande desafio de manter a sua democracia e seu protagonismo político em um quadro em que o centro político de sua direção, como a liderança de Lula, se desloca para dentro do Estado brasileiro. Já a realização do VII Congresso do partido evidenciou recuos importantes na democracia e na representação do pluralismo das tendências na formação da direção nacional do partido. Estas distorções só se aprofundaram no processo de direção da campanha eleitoral e, agora, na própria formação do governo, quando as instâncias partidárias não foram sequer consultadas sobre a definição dos ministérios.

O governo Lula precisa de um PT forte, democrático e enraizado nas bases, com capacidade alargada de direção política para desenvolver a plenitude de seu programa. O Diretório Nacional do partido deve, pois, discutir e promover um plano de fortalecimento da democracia e das suas direções, em sua agenda de lutas combinado com os grandes desafios do governo Lula.

Uma conquista decisiva para a vitória nas eleições de 2022 foi a construção da unidade das federações de partidos e da unidade dos movimentos sociais,

reunidos nas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. Este princípio de unidade conquistada deve ser agora aprofundada com a construção de um programa histórico comum de transformações, com a construção democrática das federações de partidos e com um esforço unitário de construção de organismos territorializados de organização das classes trabalhadoras.

É esta unidade estratégica que garantirá que o novo ciclo de transformações democráticas e populares no Brasil abra o caminho para superar os obstáculos históricos e estruturais que o capitalismo impôs à construção de uma verdadeira república democrática e popular no Brasil.

II

O Partido dos Trabalhadores e o futuro: impasses e desafios

Há 43 anos, quando nasceu, o PT inovou a vida da política partidária brasileira. Em vários aspectos e dimensões. Uma das mais importantes foi a da democracia. Não apenas a luta pela democratização da sociedade brasileira marcada por quatro séculos de escravidão e mais um longo período de coronelismo oligárquico e ditaduras. A rigor, no período anterior ao nascimento do PT, tivemos apenas duas décadas, no pós-II Guerra Mundial, de um pluripartidarismo mitigado e excludente.

Esse histórico evidencia a fragilidade da nossa experiência histórica democrática e a importância do PT no quadro partidário pós 1980, já com a ditadura vivendo sua incapacidade de manter o regime autoritário de 1964. Nossa identidade foi forjada na luta pela Anistia, pelos Direitos Humanos, pela plena liberdade de organização partidária e sindical, pela formação da CUT e a massiva luta pelas Eleições Diretas Já! Um partido alicerçado nos núcleos de base e suas lutas sociais.

Mais do que isso. Nossa luta na construção do PT estava marcada pela consigna de “um partido sem patrões”, que era mais do que um partido independente, um partido classista. Queríamos um partido sem donos, sem chefes, nem coronéis.

Pela primeira vez na história do povo brasileiro, um partido profundamente democrático, massivo, diverso, sem dogmas e com o direito da pluralidade das nossas opiniões expressarem-se através de correntes internas reconhecidas por todos como a melhor forma de construir a unidade partidária. Essa singularidade foi nossa maior virtude e a principal responsável pela construção do PT como um grande partido de massas. Isso não impediu, ao longo dos anos, que construíssemos identidade programática e nossos documentos fundacionais e posteriores nos definem como um partido classista e socialista.

Esse aprendizado não foi fácil, nem foi obra de iluminados, mas recolhido coletivamente, da longa luta dos trabalhadores no Brasil e no mundo inteiro contra a opressão e a exploração capitalista.

Nossa singularidade de um partido democrático e socialista não nasceu no glorioso 10 de fevereiro de 1980. Foi fruto de mais uma década de debates acalorados, fraternos, muitas vezes tensos e com algumas rupturas. Mas, após dez anos de Encontros Nacionais resolutivos que driblavam a lei partidária da ditadura, consagramos no nosso I Congresso em 1991, o direito das tendências internas do Partido terem a correspondente proporcionalidade nas direções partidárias em todos os níveis, das votações alcançadas nos nossos Congressos.

Essa é nossa virtuosa singularidade e maior contribuição nas experiências de organização no campo da esquerda. Ela nos prepara, também, para os novos avanços que precisamos construir no próprio partido, no desafio da nova lei das Federações e de uma Frente de Esquerda que nos aponta o futuro.

Não é coincidência que foi no Congresso de 91, que a partir da reivindicação e organização das companheiras mulheres aprovou-se a presença mínima de 30% de mulheres nas instâncias diretivas do Partido. Mais recentemente, em nova conquista programática e estatutária (VI Congresso), aprovou-se a paridade de gênero em todas as direções partidárias.

São esses avanços que mostram que é possível lutar e alcançar também, na sociedade, a igualdade de gênero nas esferas da representação política com adoção do voto em lista partidária com paridade de gênero. Algo que o PT ainda não assumiu programaticamente para estender a toda a sociedade. Mais, continuamos com o sistema eleitoral mais conservador, personalista, corruptor e que ainda fraudava a representação proporcional da cidadania na Câmara Federal, com o absurdo de ter piso e teto na representação dos Estados.

Essa história é que nos armou para levar essa luta democrática profunda para nossas experiências de governo, fazer do termo algo muito maior do que os limites de mera representação. Há muito tempo que a luta democrática quer mais do que a simples representação cada vez mais subordinada a processos eleitorais dominados pelo poder econômico, pelo personalismo, pelo domínio dos novos meios de comunicação de massas que fraudam completamente os processos eleitorais destinados a formar vontades coletivas de milhões de pessoas.

Em várias experiências de governos municipais e estadual provamos que é possível governar com participação popular direta estabelecendo a soberania da população na aprovação de obras e serviços prioritários para as comunidades. Com conhecimento sobre o orçamento e os recursos públicos, com critérios objetivos construídos pelos participantes e governo, provamos que é possível construir uma democracia participativa superior à mera transferência da soberania popular para representantes nos legislativos e Executivo. Uma prática exitosa que otimiza o gasto público, estabelece prioridades e conscientiza para a necessidade do planejamento na gestão

pública, educa a cidadania a compreender o orçamento público, suas fontes de financiamento e os respectivos tributos e possibilita uma formação de consciência cidadã nos seus participantes. Essa é a experiência do Orçamento Participativo.

Essa é a estratégia de quatro décadas de luta que nos permitiu chegar até aqui. Com derrotas e vitórias, com erros e com acertos, fomos consolidando uma experiência exitosa, na permanente busca de comprometer a elaboração programática, as experiências de gestão com a manutenção de uma democracia interna que construa o partido na plenitude de sua função numa sociedade democrática: formar e coesionar filiados, eleger candidatos e unificar, programaticamente, os eleitos.

O PT, no entanto, sofre permanentemente as pressões, influências e enfrentamentos de ser governo ou oposição. No nosso caso, mais ainda por sermos um partido anticapitalista. Nossas políticas, para serem coerentes, enfrentam o sistema, as instituições que sustentam o Estado capitalista.

Somos, diariamente, testados em nosso programa e convicções na hora de sermos governo e precisamos encontrar os mecanismos que nos permitam avançar nas reformas e mudanças ou ficarmos presos à conciliação e/ou cooptação pelo peso do estabelecido.

Um exemplo, já referido na crítica ao voto nominal. Como governar um país onde o eleitor garante 60 milhões de votos ao Executivo e pelo sistema eleitoral, sua base de sustentação programática não recebe mais que um quarto disso? A ingovernabilidade é flagrante. E as saídas de coalizões e composições com forças contrárias levam a uma paralisia e a compromissos onde até a luta por um sistema eleitoral democrático passa a ser esquecida e abandonada. Não o fizemos nem tentamos nos nossos primeiros governos. Impõe-se, portanto, a pergunta, isso nos aproxima ou nos afasta da estratégia de mudança social?

No Congresso, há anos deixamos de lutar por uma proporcionalidade idêntica para todo o país na composição da Câmara Federal, a previdência pública do INSS para todos os mandatos eletivos que está na lei foi substituída por previdência especial privilegiada aos congressistas e, mais recentemente, se inventou a emenda parlamentar impositiva, expressão maior do clientelismo corruptor e negação do planejamento, num país que é presidencialista e a este incumbe a elaboração e execução orçamentárias.

Esses pontos sensíveis no sistema representativo, eleitoral e na organização do Legislativo brasileiro devem ser tratados a partir da retomada do debate da reforma política, sobre o qual a DS e o PT têm tradição. Já houve avanços - como as alterações na lei de financiamento eleitoral que colocaram o financiamento público em primeiro plano - mas há muito o que se evoluir na democracia representativa brasileira.

Qual o limite que separa esses exemplos da esperteza de vantagens e privilégios da cooptação por um sistema social que faz disso a sua essência?

Assim, o PT, com toda sua história de lutas e conquistas dos trabalhadores brasileiros, de todo significado histórico, inovador e transformador da experiência partidária no país, não é infenso ao adverso meio em que vive e sofre todas as pressões e/ou assédios para aderir aos valores vigentes.

Nosso crescimento nos anos 90 e as vitórias eleitorais no início do século nos iludiram diante da brutal crise do Socialismo Real existente no leste europeu e da vitória ideológica e programática no mundo do neoliberalismo nos programas governamentais e no comportamento social de bilhões de seres humanos.

Nosso avanço no período ofuscou a consciência da crise programática e ideológica dos socialistas no mundo. Embalados por programas de inclusão social, de cumprimento constitucional dos direitos sociais apontados na Constituição de 1988, achávamos que teríamos longa vida de governos populares e democráticos.

A crise capitalista de 2008 demonstrou que os pilares dessa ideologia da globalização eram, também, muito frágeis na sua pregação privatista, individualista, meritocrática e de negação das instituições que o próprio capitalismo desenvolvera no pós-II Guerra Mundial. Essa crise foi o pano de fundo para despertar os agentes que sempre surgem nos momentos de debacle profundo de um sistema social e enquanto outros valores e concepção de mundo não se firmam como alternativa.

O golpe parlamentar, judicial e midiático sofrido pela presidenta Dilma em 2016, abriu o espaço para fraudar o pleito de 2018 e impedir a candidatura de Lula. Nossa vitória eleitoral agora recuperou o país da barbárie neoliberal e neofascista, mas a crise mundial e a distopia permanecem e os monstros dos interregnos históricos continuam soltos.

Mas, mesmo com a vitória, o PT perdeu identidade política, não atualizou seu programa estratégico, nem tem coesão interna para enfrentar os novos desafios que estão colocados. E, é nesse momento, que mais o Partido precisa de sua pluralidade, de sua democracia interna, de sua capacidade de liderar uma sólida frente de esquerda e dos demais partidos democráticos e populares para se constituir como uma força capaz de transmitir confiança, energia e capacidade de atração de amplos setores sociais que possam sustentar um projeto duradouro.

Há anos essa crise se avoluma. Primeiro, foi a incapacidade de construir uma estrutura orgânica tendo os núcleos de base e militância como a fonte

fundamental da delegação de poder no Partido. A nucleação pode ser bandeira unânime no PT, mas nunca se transformou nessa função elementar da democracia interna.

O Estatuto, com base na lei orgânica dos partidos pós 1988, consagrou a representação através do voto universal dos filiados em dia com o Partido e a representação proporcional das tendências internas com base nas teses e proposições apresentadas. Durante anos este foi o método utilizado e com resultados positivos.

A mudança estatutária, por maioria, criando o chamado Processo de Eleições Diretas (PED) estabeleceu profundas distorções e a negação de sua justificativa que era ampliar a participação de todos os filiados com voto secreto, mas sem compromisso de participação nos debates que os Diretórios porventura organizassem. Feriu-se gravemente o Partido da militância, do debate, do voto consciente em torno das diferenças produzidas pela nossa democracia interna.

Os encontros pulsantes, tensos, participativos foram substituídos pelo simples voto em urna e em crescente inchaço de filiados temporários, isentos da sustentação financeira partidária e transportados para votar sem conhecimento ou debate prévio do que se estava decidindo. Contraditoriamente com nossos princípios originais, instalou-se o poder de carregar eleitores, filiações sem compromisso e até de adulteração de atas.

Consciente ou inconscientemente, instalou-se um processo de corrosão dos valores iniciais do Partido. O princípio virtuoso da democracia interna baseada em tendências de opinião é substituído pela visão fracionada onde a corrente majoritária centraliza previamente suas decisões e as impõe nas instâncias diretivas.

A proporcionalidade corre o risco de virar apenas um simulacro quantitativo. A maioria controla todos os cargos qualitativos nos órgãos executivos e estes vão, crescentemente, substituindo a soberania dos órgãos deliberativos. O princípio fundante de que entre pares, entre iguais é possível através das diferenças alcançar-se uma vontade comum pelo debate aberto, franco, fraterno, caiu por terra e foi substituído pela vontade da corrente majoritária.

Uma comparação entre Executivas da década após o I Congresso e as mais recentes, a constatação é flagrante. Este comportamento, mais cedo ou mais tarde, estendeu-se aos espaços de governo alcançados. O mesmo raciocínio se repete e a proporcionalidade não é respeitada seja no debate da construção dos governos, seja na sua ocupação e distribuição. Distinto das experiências de governos anteriores, onde havia uma participação e uma presença mais equilibrada do conjunto do Partido, agora nem isso. Nem o DN, nem as correntes de opinião foram partícipes na composição do atual governo e o processo ficou em algumas mãos.

A recuperação da identidade política do PT como partido socialista passa por uma reflexão profunda sobre o convívio interno entre suas forças políticas. O respeito às tendências minoritárias é o elemento básico desse convívio e passa pelo equilíbrio das forças na composição de governos e nas tarefas de organização partidária.

O PT, agora retomando o governo, precisa mais do que nunca fazer esse balanço, esse diagnóstico de sua trajetória nas últimas décadas e ser capaz de responder a tamanho desafio. Um partido capaz de apontar uma estratégia de futuro, que responda às necessárias ações inclusivas, políticas compensatórias e garantia de direitos constitucionais não praticados no país, mas que aponte também saídas para a crise do sistema capitalista em sua fase neoliberal.

Isso significa participação popular no governo, democracia participativa na gestão pública para responder ao descalabro da prática das emendas parlamentares, do “orçamento secreto”. Isso significa, também, uma profunda reforma política que aponte para uma nova democracia e uma inversão radical no caráter regressivo do sistema tributário.

Depois do 8 de janeiro se colocou necessário repensar as Forças Armadas e sua ligação orgânica com o bolsonarismo. Temos o desafio de intervir nas forças armadas, transformá-las em uma instituição voltada para a cidadania e para a nação. Colocar as Escolas militares sob o controle democrático, que deixem de ser atreladas a conceitos ultrapassados da Guerra Fria, de tutela sobre o país ou de poder moderador da sociedade.

Essa atualização programática é também externa. O Brasil precisa estar à frente de uma visão multilateral de mundo, de integração profunda com a América Latina e não recuar do papel do Estado na indução de um processo de desenvolvimento econômico.

Contrapor à concepção neoliberal de domínio do mercado que nos levou nas últimas décadas à recolonização econômica do país, à liquidação da indústria e submissão aos centros do capitalismo mundial, além do brutal retrocesso nas relações sociais e sindicais de caráter civilizatório. Em âmbito internacional, é preciso nos colocarmos resolutamente contra o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia.

No âmbito nacional, a compreensão sobre as reestruturações do capitalismo deve considerar o atual projeto de exploração dos bens naturais na região nordeste. Tratado historicamente como uma região de pobreza, não-desenvolvimento, fome, os capitalistas passaram a considerá-la um oásis de exploração da água, do ar e dos recursos minerais, se apropriando dos territórios para promover um tipo de modelo econômico que colide com as

potencialidades de modelos sustentáveis na agricultura familiar, na pesca. O PT como um partido fortemente ancorado e com responsabilidades de governo nos estados do nordeste deve ter clareza estratégica sobre esse tema.

A disputa com o bolsonarismo e o neoliberalismo não se deu pela força teórica e de resultados concretos para a maioria da população de sua concepção econômica. Além da força de setores econômicos como o agronegócio, o embate deu-se no plano dos valores morais, da ética, dos costumes, da usurpação de símbolos pátrios e do uso da fé por partidos travestidos de cultos religiosos. Sem uma profunda ação governamental na Educação e na Comunicação que eduque para a cidadania, que informe e dispute o “pensamento único” reinante nos grandes meios de comunicação, não faremos frente ao predomínio das *fake news* e da narrativa neoliberal do mundo.

Por fim, a lógica de governo não é a mesma do Partido. Elegemos e apoiamos o governo, mas não podemos ficar submetidos a ele numa lógica de razões de Estado. A construção de um bloco das Federações atuais do campo popular, de uma frente dessas forças, com unidade nacional e programática é o grande desafio para o Partido, mais até do que para o governo, para que possamos fazer frente às disputas num Congresso adverso e prepararmos a unidade deste campo para a disputa municipal de 2024.

III

Crescer e fortalecer a DS no novo ciclo de reconstrução e transformação do Brasil

- Crescimento de uma esquerda socialista democrática é necessário para superar o neoliberalismo e passar de um reformismo distributivista para uma dinâmica de revolução democrática, com transformações históricas e estruturais.

- Crescimento de uma esquerda socialista democrática é fundamental para desenvolver o potencial de militância socialista aberto pela vitória da esquerda contra a extrema-direita.
- Crescimento de uma esquerda socialista democrática é fundamental para contrapor os riscos de um novo ciclo de integração do PT, das esquerdas e dos movimentos sociais às dimensões antirrepublicanas e neoliberais do Estado brasileiro.
- Um projeto de construção da DS no próximo período deve ser pensado organicamente a um novo ciclo de auto-organização das classes trabalhadoras em suas dimensões classista, feminista e antirracista, pelos direitos LGBTQI+ e um novo ascenso dos movimentos sociais. Também é preciso aprofundar nossa atuação sobre a agenda socioambiental e da emergência climática, no marco da construção do ecossocialismo e dos direitos dos povos originários. Trata-se de um campo de enfrentamento direto ao neoliberalismo que mobiliza uma parcela cada vez maior da juventude e da população em geral.
- A superação de uma condição minoritária dos socialistas democráticos no interior do PT e das federações de partidos exigirá o aprofundamento da construção do próprio PT – na sua base, na sua formação e na construção de diretivas favoráveis ao socialismo democrático – e no trabalho unitário das esquerdas no plano programático, estratégico e organizativo.
- Este novo ciclo de construção da DS deve se integrar aos desafios internacionalistas de unidade política da América Latina, das esquerdas no plano mundial para a superação do neoliberalismo.
- Este novo ciclo da esquerda socialista democrática em um sentido hegemônico só será possível com o fortalecimento do marxismo revolucionário, tornando-o vivo, central e criativo na práxis política das esquerdas.

Crescimento e tarefas estratégicas

O crescimento da nossa corrente depende da clareza sobre as tarefas estratégicas centrais que temos pela frente e, naturalmente, de um plano organizativo coerente com essas diretrizes estratégicas.

Nossas tarefas estratégicas centrais hoje podem ser resumidas em duas vertentes combinadas: a luta por um programa antineoliberal e de democratização da sociedade e do Estado, por um lado; e a luta para recompor e, muito provavelmente, recriar condições para a construção partidária em uma perspectiva democrática-socialista de massas.

Temos desenvolvido especialmente a primeira vertente, o que é fundamental para nossa identidade, unidade e crescimento como corrente. Nem a luta pela superação do neoliberalismo e tampouco a construção de uma democracia participativa são consequências lineares da grande vitória alcançada com a eleição de Lula. Ao contrário, é preciso de forças políticas que as impulsionem com clareza, que busquem vencer o difícil debate de concepções vigente de longa data no PT, no qual, em alguns temas, temos sido vencedores... com atrasos que tem nos custado profundas derrotas (v.g., 6º congresso e a política econômica: “ganhamos” o debate depois da queda do nosso governo). Sobre a democracia participativa, ainda que tenha voltado à cena na disputa de 2022, temos de lutar para superar o risco de ficar relegada a uma dimensão decorativa no governo popular. Continuar trabalhando a disputa programática é, portanto, fundamental.

A reconstrução e recriação de um mapa da construção partidária no Brasil é algo que exige mais esforço ainda. Vivemos impasses prolongados no PT e mesmo riscos de retrocessos. O período aberto por uma vitória da esquerda sobre a extrema-direita deve, no entanto, abrir novas possibilidades de militância na perspectiva socialista. Deve potencialmente colocar ao PT e ao

diálogo socialista a necessidade da recomposição da construção partidária em termos democráticos e socialistas.

Essa ligeira apreciação dos desafios estratégicos dá a primeira aproximação de porque a DS crescer é imperativo e, ao mesmo tempo, enorme possibilidade. O programa da revolução permanente e a construção de um partido democrático-socialista de massas exigem uma força subjetiva consistente que os defenda praticamente; ao mesmo tempo, voltam a existir condições históricas favoráveis a essa práxis.

Desafios nacionais integrados de construção da DS

- Com base nas elaborações da Coordenação Nacional, atualizadas e contextualizadas pelo GTN, a DS deve disputar publicamente posições no PT, na frente das esquerdas e dos movimentos sociais, a partir do programa da revolução democrática, sempre a partir de uma perspectiva partidária construtiva e fraterna.
- Preparar a participação da tendência nas eleições de 2024, criando desde já GTs eleitorais por estado a partir de uma avaliação da conjuntura estadual e de metas eleitorais.
- Neste próximo período, em sintonia com o novo ciclo de lutas, a DS deve retomar e avançar qualitativamente na construção de uma comunicação nacional, fundamental para sua identidade política e para o seu trabalho de divulgação, diálogo e síntese de suas posições. Este esforço de comunicação nacional deve partir dos avanços conseguidos no ano de 2022 e integrá-los organicamente à direção nacional da DS. Além de uma publicação diária e de uma síntese semanal, será decisiva a retomada da revista Democracia Socialista, de teoria e debates programáticos.
- Deverá ser feito um esforço, dirigido pelo GTN, de atualização de um programa de integração e formação militante, que estimule um crescimento qualitativo e orgânico da DS no próximo período. Deve se dar atenção especial ao crescimento da DS na região nordeste.

- Deverá ser feito um esforço de integrar organicamente a direção nacional da DS às direções regionais e das frentes, através de um calendário de reuniões temáticas - como da luta antirracista, feminista, sindical, da juventude e do setorial de saúde - voltadas para estabelecer uma unidade programática coerente e uma sincronização de todo o trabalho da tendência. Um esforço especial deve ser desenvolvido em relação às frentes parlamentares de atuação, em particular na Câmara Federal.
- A DS assumiu responsabilidades governativas fundamentais em Juiz de Fora, Belém do Pará, nos governos estaduais da Bahia e Ceará, em secretarias importantes do governo Lula, que devem ser compartilhadas com a direção nacional da tendência.

Campanha pública pela reforma tributária com justiça fiscal e taxaço dos ricos

A reforma tributária está na ordem do dia. É uma das agendas prioritárias do governo Lula em 2023. No entanto, ela tende a ter um desenvolvimento liberal caso não haja pressão social suficiente para assegurar progressividade, justiça fiscal e taxaço das grandes fortunas, heranças, lucros e dividendos.

O sistema tributário é componente fundamental do Estado Capitalista e sua configuração reflete de modo imediato a situação da luta de classes. A tributação ocupou um lugar decisivo na agenda neoliberal, sendo responsável para, de um lado, recompor as taxas de lucro e reorganizar a financeirização e, de outro lado, cooptar e construir uma nova camada de gestores capitalistas por meio de grandes salários e distribuição de lucros e dividendos sem taxaço.

Esse processo levou a uma brutal concentração de riqueza nas últimas décadas. Em meio à pandemia da COVID-19, essa concentração se acentuou com o 1% mais rico ficando com 2/3 de toda a riqueza produzida e com as fortunas bilionárias crescendo em 2,7 bilhões de dólares por dia, como mostrou recente relatório da OXFAM.

Alterar a organização desse sistema tributário tem importância para o enfrentamento dos limites da democracia brasileira. Como em todo mundo capitalista, o atual crescimento da força da extrema-direita nas classes trabalhadoras tem muito que ver com o aprofundamento das desigualdades e a desorganização dos sistemas de proteção social justificadas pela ideologia de austeridade fiscal. No caso brasileiro, em particular, a reconstrução dos direitos e o financiamento das políticas de saúde, seguridade social, educação, ciência & tecnologia, dentre outras, e dos investimentos públicos estruturais que reorganizem a economia e enfrentam as grandes questões nas cidades (moradia, transporte público, equipamentos públicos de cuidados), depende de um novo padrão de financiamento do Estado que só é possível com a tributação das grandes fortunas, de lucros e dividendos.

Diante dessas questões, os movimentos sociais e populares já começaram a se organizar e uma Conferência Popular sobre Tributação foi lançada. A DS deverá participar desse esforço e, mais do que isso, organizar uma iniciativa pública da tendência no formato de uma campanha que possibilite articular nossas frentes de lutas, ações territoriais, comitês populares e mandatos parlamentares; organize um eixo editorial de comunicação nas redes e ruas, com materiais de agitação e formação; e proponha ações a partir de nossa presença nos executivos estaduais e municipais de acordo com as potencialidades locais. Essa iniciativa é suficientemente ampla para não restringir as atuações específicas da tendência e suficientemente precisa para traduzir uma luta concreta contra o neoliberalismo e para conferir identidade de ação nacional da tendência.

Cinco seminários

No próximo período, será fundamental concretizar as elaborações da DS na conjuntura vivida pelo governo Lula, através de seminários nacionais, tomando como referência imediata os dois primeiros anos de governo.

- Um primeiro esforço será o de elaborar uma proposta concreta de democracia participativa e auto-organização territorial das classes trabalhadoras, em particular nos grandes centros urbanos, que pode alterar a correlação de forças hoje estabelecida.
- Um segundo esforço de atualização da elaboração será um balanço dos desafios de enfrentamento do neoliberalismo nos dois primeiros anos de governo, sabendo que o grau deste enfrentamento condicionará toda a conjuntura política do país.
- Um terceiro esforço, será o de preparar a tendência para as disputas políticas, em particular nos grandes centros urbanos e nas cidades polo, que se travarão em torno das eleições de 2024, com a eleição de prefeitos e vereadores.
- Um quarto esforço será o de reunir experiências construídas pela nossa militância nos estados, buscar amplificar e multiplicar iniciativas de instrumentos de base que favorecem o crescimento da corrente e a potencializam nossa expressão pública. Dentre essas experiências, destacam-se os espaços político-culturais denominados casa socialista/democrática/vermelha, com experiências notáveis em Minas Gerais, no Distrito Federal e no Rio Grande do Norte; e os cursinhos populares construídos no Brasil pela juventude.
- Um quinto esforço será organizar, concomitantemente ao Ativo de Negras/os da DS, um Seminário que incorpore o trabalho e a militância antirracista no centro do novo ciclo de construção e fortalecimento da tendência.

PLENÁRIA NACIONAL DA DS

Em data e processo a serem definidos pelo GTN, realizaremos em 2023 a Plenária Nacional.

Democracia Socialista

São Paulo, 22 de março de 2023.